



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA,

REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E QUATRO

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e um membros, verificando-se a ausência dos Deputados, **Álvaro Correia Soares Martinho, Gisela Catarina Pereira dos Santos, Flávio Amaral Fernandes, Artur Pina Martins, Berta Ferreira Moutinho Amaral, Eduardo Rodrigues Mendes, Francelina Rodrigues Teixeira Gomes** e do **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** que justificaram a respetiva falta por motivos pessoais e profissionais. -----

O **Presidente da Freguesia da Granja do Tedo**, fez-se representar por **Carlos Joaquim Gomes Teixeira** (Secretário). -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário dos pedidos de substituição, ao abrigo do disposto nos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente pela Deputada **Rosa Maria Alves de Sousa**, tendo sido substituída pelo Deputado **Sérgio Bernardo Pereira Soares**. -----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta e cinco minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Cláudia Maria Benfeito Martins**, que substituiu o Primeiro Secretário **Álvaro Correia Soares Martinho** e por **Sónia Cristina Rodrigues Resende**, que substituiu a Segunda Secretária **Gisela Catarina Pereira dos Santos**. -----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pela Vice-Presidente **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal saudou os presentes bem como os que acompanhavam os trabalhos através da página oficial do *Facebook* da Assembleia Municipal de Tabuaço. -----

Seguidamente, a Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual constava a seguinte: -----

ATA 17 || 2021.2025 Fls. 358



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

===== **ORDEM DE TRABALHOS** =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM: Apreciação da **informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO DOIS: Apreciação da **informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, respeitante ao primeiro semestre de 2024** [cfr. alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e subsequentes alterações]; -----

PONTO TRÊS: Apreciação, discussão e votação do projeto do regulamento municipal da feira de gastronomia, artesanato e produtos locais e regionais das festas são joaninas do concelho de Tabuaço [cfr. alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO QUATRO: Apreciação, discussão e votação da **taxa municipal de direitos de passagem para vigorar no ano de 2025** [cfr. alínea b) do n.º 3 do artigo 169.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto]; -----

PONTO CINCO: Apreciação, discussão e votação da **taxa de derrama a cobrar no ano de 2025 para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2024, que seja superior ao montante de € 150.000,00** [cfr. alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com remissão para o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro]; -----

PONTO SEIS: Apreciação, discussão e votação da **taxa de derrama reduzida a cobrar no ano de 2025 para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2024, que não ultrapasse o montante de € 150.000,00** [cfr. alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com remissão para o n.º 24 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro]; -----

PONTO SETE: Apreciação, discussão e votação da **taxa de participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares para vigorar no ano de 2025** [cfr. alíneas b) e c) do n.º 1 do

ATA 17 || 2021.2025 Fls. 359



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com remissão para o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro]; -----

PONTO OITO: Apreciação, discussão e votação da **taxa do imposto municipal sobre imóveis (prédios urbanos) para vigorar no ano de 2025** [cfr. alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com remissão para a alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual]; -----

PONTO NOVE: Apreciação, discussão e votação da **redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis para vigorar no ano de 2025, relativamente a prédios (urbanos ou parte) de sujeitos passivos com dependentes a cargo** [cfr. alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com remissão para o n.º 1 do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro]; -----

PONTO DEZ: Apreciação, discussão e votação da **proposta da primeira alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2024** [cfr. alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO ONZE: Apreciação, discussão e votação da **proposta de alteração ao Contrato de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho de Tabuaço**; -----

PONTO DOZE: Outros assuntos de interesse para o Município -----

Passou-se à apreciação da ata da reunião realizada a vinte e seis de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, o Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata da reunião anterior tinha sido remetida juntamente com a documentação respeitante aos assuntos que constavam do período da “Ordem do Dia” e questionou o Plenário se queria fazer alguma correção ou contributo do que nela estava vertido, não houve nenhum apontamento a fazer, pelo que foi colocada a votação, tendo antes o Presidente da Assembleia lembrado de que quem não esteve presente nessa sessão se deveria abster de votar, porque a legislação assim o referia, segundo os artigos 57.º e 58.º da Lei n.º 75/2013 concatenado com o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. -----

ATA 17 || 2021.2025 Fls. 360



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, por treze votos favoráveis. De referir que no momento da votação, os Deputados **Sónia Cristina Rodrigues Resende, João de Oliveira Nápoles de Carvalho, Cristofe Pedrinho, Sérgio Bernardo Pereira Soares, o Presidente da Junta de Freguesia da Desejosa, o Secretário da Junta de Freguesia da Granja do Tedo, o Presidente da Junta de Freguesia de Valença do Douro e o Presidente da Junta da União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira** não participaram da votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa. -----

Posteriormente, deu entrada no **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, e constatando a presença de público presente questionou se estariam interessados em intervir, tendo registado uma inscrição. -----

Foi assim concedida a palavra à munícipe, **Ana Carla Costa**, que começou por cumprimentar todos os presentes dando a conhecer que no mês de agosto não houve caçadores à porta da sua casa, e mais uma vez os javalis tinham destruído a sua horta e apelava e informava, que enviou um email para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), onde obteve uma resposta que dizia que a zona de caça é da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Referiu ainda que não quer que ninguém vá ver os prejuízos, porque há coisas que o dinheiro não paga, tratando-se apenas de uma horta caseira onde a sua mãe passa a maior parte do tempo, e o que realmente pretende é o que diz também o ICNF, em que, sempre que seja necessário a Câmara Municipal possa pedir junto ao ICNF as tais licenças. -----

Terminou dizendo que não vale a pena ver os prejuízos, porque se trata de valores emocionais, não sendo, por isso, mensuráveis, e que em agosto e em setembro a caça não aconteceu, e o que lhe tinha sido dito pela Engenheira Maria João foi de que não havia licenças, mas depois recebeu uma resposta do ICNF a contrariar a informação prestada. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à munícipe e para dar resposta à sua intervenção, foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que após cumprimentar todos os presentes, começou por solicitar a intervenção da senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, uma vez que a matéria está sob a sua alçada, e que poderia não ter a especificação daquilo que foi solicitado pela senhora munícipe Ana Carla Costa. Realçou apenas que entende a perspectiva de que há coisas que o dinheiro não paga, e que não é o ressarcimento que a Câmara Municipal possa conceder, dentro

ATA 17 || 2021.2025 Fls. 361



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das suas atribuições legais, que irá compensar a cultura que eventualmente foi destruída pelos javalis, sendo um problema grave que também é fruto da deterioração da zona turística, de algumas gerações de animais que surgiam e acabaram por ter uma exponenciação ainda maior, sendo um problema que não único de Tabuaço, mas um problema transversal, e teriam de fazer mais na tentativa da correção da densidade, mas também, por mais que o venham a fazer, não acreditava que consigam erradicar, pois iriam sempre ter alguns problemas, sendo que poderão ser minorizados. -----

Finalizou deixando o seu apelo, dizendo que independentemente do grau de satisfação com que a senhora munícipe saísse ou não da assembleia, era importante que também dentro do pouco que pode ser o ressarcimento do município face aos prejuízos que neste caso teve a munícipe e a sua família, que eventualmente possa também aceder, ou tentar a eles aceder, porque independentemente de não conseguirem nem sequer, ou apenas se conseguir minorizar, e a minorização é muito relativa, parece-lhe importante que o faça até por uma questão de justiça para si e para a sua família. -----

Para dar resposta à intervenção da munícipe, foi concedida a palavra à **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, que após cumprimentar todos os presentes, dirigiu-se à munícipe começando por dizer que relativamente à sua questão, tinham no momento quarenta e oito caçadores que estavam credenciados para fazer essa intervenção, sendo certo que poderia sempre dirigir-se aos serviços e dentro da lista que lhe fosse fornecida escolher os caçadores que entendesse para fazer a intervenção nos terrenos, alertando que e para esclarecimento dos senhores deputados, era impossível fazer este tipo de intervenções em zonas de povoados sem se respeitar a faixa de afastamento de duzentos e cinquenta metros, e nesse sentido, tudo o que sejam zonas urbanas como habitações era impossível fazer as correções de densidade, como é lógico, por uma questão de segurança da própria população. -----

Mais disse, que em agosto não houve correção de densidades, porque é proibida a sua correção nos períodos de risco máximo de incêndio e infelizmente, tendo em conta o período que ultrapassaram e que é de conhecimento de todos, tiveram quase sempre em permanência de prevenção, e era impossível trabalhar exatamente por causa destas questões. Em setembro não o fizeram, e até ao momento também não, por opção própria, assumindo a responsabilidade, porque nas épocas de vindimas, à semelhança do que acontece antes de tomarem esta decisão, também tiveram o cuidado de verificar nos concelhos limítrofes, qual era o seu entendimento, porque na altura das vindimas entendiam que existe um risco

ATA 17 || 2021.2025 Fls. 362



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais elevado a fazer correções de densidade e sujeitarem-se a haver acidentes, uma vez que a grande parte do concelho se dedica nesta época à colheita das uvas e, portanto, poderia haver maior risco de incidentes, optando pela sua prevenção. -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal reconheceu que, efetivamente, para quem sofre os prejuízos com os javalis era um problema muito grande, fora a questão económica, também o facto de emocionalmente verem as suas hortas estragadas de um momento para o outro. A questão é reconhecida e por isso é que o município também tem indemnizado os proprietários pelos respetivos prejuízos. Finalizou dizendo que existe um conjunto de circunstâncias, como a época das vindimas, a época de risco máximo de incêndio, e também a necessidade de terem a certeza que ao fazer as correções de densidade não punham em risco a vida nem a integridade física de ninguém, e uma vez que as vindimas estavam quase todas efetuadas, existindo duas ou três freguesias que iriam terminar no fim de semana seguinte, mas existia já o deferimento do pedido de autorização de correção de densidades submetido na zona de caça municipal de Tabuaço, e portanto no momento tinham quarenta e oito caçadores habilitados a fazer as correções de densidade. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** interveio novamente para dizer que relativamente a essa situação, a própria legislação atribui valores às culturas e dentro daquilo que são os valores das culturas, reconhece que os dados estejam atualizados e como é lógico não poderiam ultrapassar ou ir abaixo daquilo que são os valores estipulados por lei, questionando se os valores são justos, pelo menos por aquilo que são os valores de cereais, como das uvas, por exemplo, e que aos preços que hoje em dia pagavam as uvas, até acabava por compensar, mas não lhe parece que na maior parte das culturas as coisas sejam assim, mas é aquilo que a lei lhes permitia fazer. Terminou dizendo que não é o valor em causa, ou que o façam de acordo com aquilo que é o entendimento do que pode ou não ser o valor do que foi deteriorado. -----

Usou da palavra novamente, a munícipe **Ana Carla Costa**, para dizer que há dois anos atrás o senhor Eduardo Mendes deslocou-se ao local para tirar fotografias, preencheram os papéis e até ao momento não tinham obtido qualquer resposta, e por isso a munícipe afirma não valer a pena perder tempo com isso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Câmara Municipal**, pediu desculpa, afirmando que há claramente um lapso no facto de lá ter ido alguém que estava ao serviço do município, e assim sendo o documento foi recebido e lhe foi dado seguimento no sentido de haver essa fiscalização ou essa vistoria, infelizmente, e pelos vistos, não houve a concretização da resposta. Para além da desculpa em nome do município, também justifica aquilo que iriam falar a seguir, quando falarem da questão do Gestiona, a nova plataforma de gestão documental, porque realmente, e infelizmente acontece por diversas vezes, sem querer de forma alguma espiar ou estar a sacudir aquilo que possam ser culpas realmente intrínsecas, aconteceu também muitas das vezes aquilo que faziam e como estavam a trabalhar, potenciar ainda mais situações desse género a acontecerem. -----

Finalizou dizendo que se existe alguma coisa que esteja pendente, depois lhe dariam a resposta, porque independentemente de ser negativa, uma resposta terá sempre que ser dada. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra referiu ainda que foi requisitado pelo Presidente da Câmara Municipal de Tabuaço a apresentação da plataforma digital de gestão documental Gestiona, alertando os senhores deputados que a mesma iria impactar vários trabalhos da Assembleia Municipal e a forma de acesso à informação por parte dos deputados municipais, assim como a gestão dos assuntos por parte da mesa, solicitando assim a explicação técnica de Cristiana Pereira, e dando em primeiro lugar a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Tabuaço para fazer a introdução desta demonstração uma vez que já estava em implementação no município. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer em primeiro lugar e mais uma vez agradecer a presença da Cristiana Pereira em representação da plataforma de gestão que estava naquele momento a implementar. Deu nota que a lógica de terem concretizado a aquisição e a implementação da plataforma deveu-se, primordialmente, àquilo que foram ao longo dos anos percebendo que menos bem funcionava nas diferentes plataformas ou nos diferentes programas que tinham. Verificavam que muitas das vezes o processo, o chamado *workflow*, que é o circuito que os processos seguem desde que entram na Câmara Municipal até que se concretizam na resposta positiva ou negativa ao município, muitas das vezes havia uma dificuldade na ligação e na articulação entre os diferentes passos e também, muitas das vezes, acontecia aquilo que ainda há pouco a senhora município Ana Carla Costa estava a referir,

ATA 17 || 2021.2025 Fls. 364



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que por vezes perdiam a perceção de cada estágio do processo, e era também difícil a responsabilização de quem numa determinada altura estivesse com o processo, tendo que muitas das vezes esse chamar de atenção poderia até ser pelo executivo, estando o processo em sua posse. -----

Fruto do conhecimento que no mercado havia, daquilo que era utilizado, e face à funcionalidade da plataforma que iria ser apresentada, a intuitividade que a própria plataforma possuía, e tendo como exemplo algumas Câmaras Municipais à volta, em que realmente têm obtido resultados incomparavelmente mais positivos a partir da utilização desta plataforma, era uma mais-valia para os serviços. -----

Indicou ainda que iriam fazer chegar uma informação a todos os munícipes, porque a plataforma e o balcão eletrónico iriam permitir o acesso a uma série de valências e informações que no passado era difícil de obterem. Realçou a importância da transparência, sendo que o munícipe terá uma perceção muito mais atualizada e real do estado de qualquer processo ou requerimento que tenha dado entrada no município. -----

Deu nota ainda que estavam a tentar trabalhar no sentido de melhorar, de potenciar e de otimizar a informação externa, que acabará por se concretizar num serviço melhor, mas que todas as mudanças criam resistência e constrangimentos, pensando que estão num estado evolutivo, na maior parte das vezes a predisposição enquanto seres humanos a essa mesma evolução, às quais muitas das vezes pensam que estão perfeitamente preparados e predispostos, é claramente contrária, e na maior parte das vezes, quando existem mudanças a intuição é ser avesso, o que poderá vir a criar os tais constrangimentos. -----

Reforçou que a plataforma serve para facilitar a vida do município, principalmente aos munícipes, como por exemplo nas suas reivindicações, queixas, e sugestões que têm vindo à Assembleia Municipal e que ouvem da voz popular, prende-se com a dificuldade que têm, quer na celeridade que imprimem a determinados processos, quer também na transparência e facilidade de informação que prestam às pessoas que estão no Concelho de Tabuaço. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Finalizou referindo que está firmemente convicto de que a plataforma a apresentar será um salto qualitativo enorme na qualidade da informação e dos serviços prestados, bem como na celeridade dos processos. -----

Terminada a apresentação da plataforma digital por Cristiana Pereira, o Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a disponibilidade que teve em a vir demonstrar, deu nota ainda de como irá funcionar a plataforma ao nível dos serviços de apoio à Assembleia Municipal e também para a utilização dos senhores deputados. -----

Realçou a importância das questões levantadas durante a apresentação, sendo situações a prever, acreditando que se os deputados aceitarem serem notificados por via *e-mail* que seja validado, mas para quem não o faça, essa aceitação terá que ser remetida por via postal, como tem sido até o momento. No que diz respeito ao acesso à documentação, esta vai estar disponível e não vai impedir que os senhores deputados, querendo ou sentindo alguma dificuldade na utilização, não façam o pedido dessa documentação por e-mail, conforme tem chegado. Disse ainda esperar que na próxima reunião possam colocar à disposição a plataforma e também o envio por e-mail, numa situação de transição e depois passariam a fazer a utilização permanente da plataforma. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu nota de que o balcão eletrónico já está disponível, e que no momento já estavam a fazer publicidade dessa informação na transmissão *online* nas redes sociais. ----

Finalizou questionando se alguém estaria interessado em intervir, tendo registado a inscrição do deputado **Cristofe Pedrinho** ao qual deu a palavra. -----

No uso da palavra o deputado **Cristofe Pedrinho**, após cumprimentar todos os presentes, felicitou o município pela iniciativa de finalmente ter um portal que vai agilizar e que vai tornar os trabalhos mais eficientes, deixando a ideia de que, uma vez que têm a plataforma disponível, os documentos oficiais do município passem a estar disponíveis em formato *pdf* oficial, para que a consulta não seja um documento digitalizado e colocado dentro da plataforma, de forma a facilitarem o trabalho dos senhores deputados.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, dando nota da correspondência que chegou aos serviços da Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal no período que intermediou a última reunião de vinte e seis de junho e esta, nomeadamente algumas comunicações, principalmente o envio de algumas missivas com publicações, nomeadamente pela ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais), que é recorrente o envio de algumas publicações, desde que sejam pertinentes e que sirvam as funções para as quais foram eleitos, referindo também para estarem disponibilizadas na plataforma aos senhores deputados, para que não cheguem apenas aquando das sessões ou das reuniões que tenham, e nesse sentido iriam tentar que a plataforma seja útil nesse aspeto, ser um repositório de documentação que os senhores deputados possam aceder sempre que for conveniente. -----

Deu nota ainda, de uma moção vinda da Assembleia Municipal de São João da Pesqueira acerca da crise do Douro, que está disponível para os senhores deputados poderem consultar. -----

Continuou referindo o encaminhamento de uma situação que se prende com o pedido de renúncia ao mandato da senhora Tatiana Rodrigues, que faz parte da lista do Partido Social Democrata e que foi notificada para comparecer na última reunião da Assembleia Municipal, em que por motivos pessoais renunciou, e por esse mesmo facto, o membro seguinte seria o senhor Flávio Amaral Fernandes, e nesse caso será o próximo membro deste partido a ser a ser convocado quando haja esta necessidade de substituição. -----

Finalizou dando conhecimento das atas das reuniões da Câmara Municipal desde esse período que intermediou a última reunião ordinária e esta, em que as mesmas estarão já disponíveis também no *site* do município. -----

Por fim e não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** dando entrada no período da **ORDEM DO DIA**, mas antes de elencarem os assuntos que já estavam definidos para serem apreciados pelo plenário, deu nota do pedido urgente por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal, da introdução do assunto relativo à proposta da alteração ao contrato de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho Tabuaço. O pedido de introdução chegou depois de a convocatória estar fechada, portanto teriam que se cingir àquilo que se encontra vertido no n.º 3 e n.º 4 do artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal, tendo o assunto em questão sido enviado

ATA 17 || 2021.2025 Fls. 367



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

juntamente com a restante documentação, onde foi dado nota do que se tratava, sendo que este só poderá ser apreciado e votado se dois terços do plenário assim o decidirem. -----

Terminado o esclarecimento por parte do Presidente da Assembleia Municipal, colocou a introdução com a renumeração da ordem de trabalhos, em que o assunto referido entraria para o décimo primeiro ponto e o décimo segundo passaria a ser os outros assuntos de interesse para o município. A alteração colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade. -----

Prosseguiu de imediato para o ponto um, respeitante à **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** e para a qual foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que começou por transmitir que iria ser breve, referindo que rececionou por parte da Assembleia Municipal de São João da Pesqueira uma questão sobre a crise do Douro e dos viticultores, situação essa à qual estão bastante atentos, tendo sentido nas últimas semanas ou nos últimos meses, algum questionar enquanto Presidente de Câmara isoladamente ou enquanto Município, o porquê de não tomar posições, referindo que gostaria de dizer que daquilo que é a posição ao longo dos onze anos dos quais estão à frente dos destinos da Câmara Municipal, será trabalhar estas situações no território, com o território e com os parceiros do território, existindo uma comissão na Comunidade Intermunicipal sobre os destinos da agricultura, nomeadamente daquilo que é a questão do vinho, que é muito importante até naquilo que têm sido as primeiras decisões do Ministério da Agricultura, e nesse sentido nunca vão tomar posições isoladas enquanto município, até porque entendem que ter duas ou três comunicações na região não é benéfico, enquanto na instituição CIMDouro há uma comissão para tratar disso, e se for cada um a trabalhar por si ou tiverem estratégias de comunicação diferentes, em nada contribui. E no que diz respeito a este assunto independentemente de concordarem ou não com a posição comum, esta vai ser a estratégia que levarão até ao fim. -----

Relativamente à questão do Centro de Saúde, conforme falaram na última reunião, referiu que estavam há algum tempo com dois médicos, fizeram uma transição do ACES Douro Sul, e no seu entendimento se o ACES Douro Sul tinha dificuldades na prossecução da defesa ou da salvaguarda dos direitos na área da saúde, quer a nível da falta de meios humanos, quer a nível da falta dos equipamentos ou as condições dos centros de saúde, e até ao momento, passado quase um ano, não se tem beneficiado nada, antes pelo contrário. -----

ATA 17 || 2021.2025 Fls. 368



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Afirmou ainda a capacidade de reivindicação por parte do Município que claramente era distinta da do passado, que quando tinham médicos de baixa ou médicos em falta, conseguiram com relativa rapidez substituí-los, mesmo temporariamente. Disse ainda que poderia queixar-se da volatilidade ou o facto de haver vários médicos, e que gostariam que houvesse uma maior estabilidade, mas é incomparavelmente melhor ter essa realidade porque agora a ULS (Unidade Local de Saúde) assegura apenas dois médicos há praticamente um ano, porque estão outros dois de baixa e não conseguem contratar nem substituir, nem através de médicos aposentados que já estiveram no concelho, afirmando que têm tentado, mas fruto quer daquilo que é oferecido pelo Ministério da Saúde e também dos próprios, não tem sido possível resolver a situação. -----

Deu ainda nota que espera que nos próximos concursos as coisas melhorem, deixando uma palavra de agradecimento à coordenadora da Unidade de Saúde Local, a Doutora Mariana Brites, pelo sacrifício dos próprios e da sobrecarga com a falta de pessoal. Disse que existe outra possibilidade, em que neste momento têm uma médica pelo menos uma semana por mês, a Doutora Rita Azevedo, que no fundo irá tentar colmatar de forma parcial a falta que têm tido. -----

Finalizou o assunto em questão dizendo que o senhor Doutor Paulo Figueiredo, que era o médico dentista no Centro de Saúde, optou por outra proposta numa outra realidade claramente mais vantajosa no seu entendimento, pelo facto de não ser uma pessoa natural do concelho e com família em outro lado. Agradeceu o seu contributo ao longo do tempo. -----

Por outro lado realçou que têm vindo ao longo do tempo a reivindicar, dado o investimento do Município numa cadeira de dentista e em equipamentos, e depois esse investimento não pode ser complementado, que é a parte que compete ao Estado e ao Ministério da Saúde, com condições claramente precárias para as pessoas que vêm exercer o lugar de médico dentista, porque primeiro eram recibos verdes, muitas das vezes com empresas de contratação de prestação de serviços, o que esmagava claramente o valor que os clínicos recebiam, para além da instabilidade. Neste momento já é contrato, mas continua a ser um valor baixo e que à mínima oportunidade, os clínicos optam por outra realidade economicamente mais vantajosa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que concerne a este assunto informou que solicitaram à direção clínica e à coordenação da ULS, que este assunto seja colmatado rapidamente, porque existiam agendamentos feitos numa perspectiva de resolução nos próximos meses, e que entendem a posição de quem sai, porque a vida das pessoas é sempre à procura de melhores condições. Mais disse que insistem junto do Governo para que sejam criadas melhores condições, porque não tem sentido os municípios estarem à base de muito esforço financeiro, tentar concretizar determinadas situações, porque depois a parte mais fácil que é a parte humana, acaba por ser aquela que cria a instabilidade e não a podem ter na sua perspectiva, afirmando que é claramente obrigatório que os médicos dentistas façam parte do Serviço Nacional de Saúde, e que não sejam pessoas que estão contratadas de uma forma avulsa e que à mínima oportunidade acabam por sair. -----

Prosseguiu falando no Primeiro Direito, em que à época tinha havido uma assinatura pelo Governo, e o critério utilizado para as obras que são públicas, desde que cumpridas os condicionalismos ou as especificidades da candidatura, era a ordem de entrada das mesmas, e nesse sentido não estavam a falar dos particulares, estavam a falar das obras municipais, juntas de freguesia, e entidades públicas. Deu nota que entretanto já houve reforço desse valor, e o primeiro investimento foi do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), mas entretanto os restantes municípios que tinham as suas candidaturas posteriores àquelas vinte e seis mil casas que foram aprovadas numa fase inicial, foram também já aprovadas, tiveram já essa comunicação ainda não de forma oficial nem ainda assinaram nada, mas foi comunicada essa situação e esse valor sairá do orçamento de Estado, portanto, irá também permitir que todos os investimentos públicos que candidataram sejam financiados a cem por cento, e posteriormente aquando da assinatura do tal contrato ou programa, tratarão de o comunicar à assembleia. -----

No que concerne à questão da candidatura da escola, informou que continuam a ultimar o próprio projeto, pois houve uma situação que tiveram que acertar, continuando a ter a perspectiva de que vai haver financiamento para as escolas que foram candidatadas. Disse que existe uma hierarquia onde já se manifestaram que não concordam, mas têm de respeitar, estando convictos que mesmo dentro daquela classificação hierárquica irá haver financiamento para a escola, esperando que seja o mais rapidamente possível, até porque o PRR, teoricamente, terá que ser concretizado até ao final do ano de dois mil e vinte e seis, e os concursos têm que ser lançados, porque depois, no seu entendimento, o que poderá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acontecer fruto da questão dos centros de saúde, dos hospitais, do primeiro direito com a requalificação das casas particulares e públicas, das escolas, da abertura do novo quadro comunitário, e também um ano que faça a sua especificidade de ser um ano eleitoral, têm sempre uma dinâmica maior a nível da contratação, e nesse sentido poderão ter alguma dificuldade em algumas regiões, ou até no país todo, de conseguir ter empresas, de conseguir ter mão-de-obra que façam face a tanta necessidade e a tanta obra que de momento se está a lançar por este país fora. -----

Continuou referindo-se aos painéis fotovoltaicos, que na sexta-feira anterior tinha sido enviado para a senhora Vice-Presidente a aprovação da arquitetura e também das especialidades que eles tinham entregues, e nesse sentido a obra está em condições de ser iniciada, e a empresa tem também já a contratação feita com a empresa construtora, que até já contactou o município no sentido de perceber algumas carências que têm, porque existem necessidades quer a nível de alojamento quer a nível de alimentação, uma vez que irá haver um universo grande de pessoas que vêm para cá trabalhar durante um período de tempo alargado, cerca de dezoito a vinte e quatro meses, provavelmente a iniciar no último trimestre do ano. Informou ainda que já reuniu com as freguesias de Chavães, Sendim e União de Freguesias de Paradela e Granjinha, onde assinaram o protocolo. Disse ainda que existe uma outra compensação para além daquela que depois da aprovação do projeto se iriam candidatar, nomeadamente ao Fundo Ambiental que garante um valor de treze mil e quinhentos euros por cada megawatt do projeto, terão de se candidatar enquanto município, mas depois para além dessa e de outras que estão ainda numa fase de definição a nível legislativo, existe um apoio na ordem de cerca de cem mil euros por junta de freguesia, que está a ser implementada e que entretanto os projetos já estarão a ser avaliados, mas já foi assinado o protocolo no sentido desse valor ser disponibilizado com a maior brevidade possível. -----

Informou ainda que no seguimento da questão das energias renováveis, esteve reunido com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, Paulo Figueiredo, com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe, Carlos Santos, juntamente com a senhora Ministra do Ambiente e com o senhor Presidente da Autoridade Nacional da Proteção Civil, para abordarem o projeto que tiveram conhecimento depois do contrato de concessão ter sido efetuado, para a colocação de painéis fotovoltaicos na barragem do Vilar, mais propriamente no espelho de água. Depois de terem tido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento do mesmo e por questões ambientais, porque a barragem do Vilar é o principal fornecedor de água destes três municípios, bem como de alguns projetos turísticos que também têm sido levados a cabo e outros preconizados, que com toda a certeza conseguirão arranjar outras soluções para a colocação de painéis que não seja em cima do espelho de água da barragem do Vilar, porque irão ter, quer impacto visual, quer na qualidade da água, mas não se podia alongar muito, uma vez que não é qualificado na matéria, mas que a verdade é que enquanto municípios, para além do desagrado que manifestaram por não terem sido contactados para pelo menos manifestarem a sua opinião, o que lhe parece absurdo, porque cada vez mais são menos ou têm menos autonomia naquilo que tem que ser gerido por eles, referindo que os municípios são o poder local mais antigo, vindo já desde a monarquia, e em que os municípios têm vindo a ser completamente delapidados da sua capacidade de decisão o que chega a ter contornos de obscenidade pois para licenciar o que quer que seja, têm que contactar quinze instituições que mandam mais sem conhecer o território, do que o próprio executivo. E depois os governos sejam eles quais forem, chegam e licenciam, sem qualquer comunicação, apanhando todos de surpresa. -----

Indicou ainda que tiveram por parte do Ministério do Ambiente, o compromisso de tentar perceber, porque há ainda uma série de dossiês em análise, como é lógico, nesta fase de transição inicial, de perceber o que terá acontecido, e o que poderá ser feito. Reuniram também com a empresa, que é a proprietária dos aerogeradores colocados no concelho e que têm a concessionária dos painéis fotovoltaicos que irá agora avançar, e o que eles dizem é que estão disponíveis para qualquer solução, mas andam num projeto há dois anos com uma série de custos e de investimentos, e em que ninguém quer estar contra os atores do território, mas eles próprios também entendem que ao haver alterações, terão que ser ressarcidos de algumas coisas. -----

Ainda no uso da palavra, informou que na reunião convidaram o senhor Presidente da Autoridade Nacional da Proteção Civil a visitar os três concelhos, apontando o final de setembro por causa das vindimas e de algumas atividades que estavam a ser levadas a cabo, indicando que ainda existe outra situação, em que o próprio espelho de água serve para o combate a incêndios e que o próprio Presidente da Autoridade Nacional da Proteção Civil acabou por os sensibilizar e informar que já estava sensível para isso, de que aquilo poderia inviabilizar até o facto de alguns aviões ou helicópteros poderem utilizar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte da barragem para o combate aos incêndios, portanto, poderia ser mais uma razão para tentarem reverter o processo e alterar a localização do mesmo. -----

Referiu ainda, que tiveram uma reunião em julho em Tabuaço, juntamente com a CIM Douro, e esta com uma importância maior, pois para além dos dezanove municípios, estiveram também presentes o senhor Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) e os seus quatro Vice-Presidentes, no fundo para fazerem a apresentação da nova estrutura que está dividida em quatro vertentes, e também um ponto de situação sobre o encerramento do anterior e atual quadro comunitário e o que preconizaram quer para o plano de recuperação e resiliência, quer para o próximo quadro comunitário, o que foi importante porque a reunião acabou por ter os principais decisores da região norte, o que os orgulhou na escolha de Tabuaço para a realização da mesma. -----

Realçou que os senhores deputados foram convidados para estarem presentes na atribuição do nome da Biblioteca Municipal ao Doutor José Carlos Pinto dos Santos, aproveitando para agradecer a presença de todos, até porque, independentemente daquilo que são as convicções ou as crenças de cada um, o Presidente da Câmara Municipal afirma continuar a querer que todos os que estão presentes tentem fazer as coisas com a maior bondade possível, e realmente a importância do Doutor José Carlos Pinto dos Santos enquanto Presidente, quer pela sua qualidade quer pela sua quantidade, durante tantos anos, esta homenagem foi mais que merecida. -----

Referiu ainda que estão a integrar uma candidatura conjunta com o Instituto Politécnico da Guarda, no âmbito da questão dos painéis fotovoltaicos, pois surgiu uma oportunidade de criação de um CETESP (Cursos Técnicos Superiores Profissionais), na área das energias renováveis, porque a própria empresa que vai avançar com os painéis fotovoltaicos, no passado, quando tinha os aerogeradores e outros parques, funcionava com empresas avançadas, e hoje em dia o paradigma mudou, eles estão a fazer contratação direta na área da manutenção e da reparação, e isso pode permitir que no dia de amanhã as pessoas que saírem desta formação, para além de equivalência ou facilidade de entrada num curso de ensino superior, poderão ser integradas na empresa, o que para o concelho poderá ser importante, sendo que na próxima reunião dariam informações mais pormenorizadas sobre o assunto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente à aprovação no CLAS (Conselho Local de Ação Social) e no que diz respeito à contratação do Radar Social, a mesma já está concluída, ou seja, já estão em funções, e a aprovação ou a apresentação da candidatura do contrato local de desenvolvimento social em setembro, que esperam ver aprovados nos próximos meses, apontando para o início de janeiro, tenham esta nova sequência do que já acontecia no passado, mais esta valência social para realmente fazer face aos problemas do concelho. -----

Continuou referindo que tiveram nos últimos dias dois eventos, saudando alguns daqueles que fizeram parte dessas comissões, saudar todas as pessoas que ao longo destes meses de verão contribuíram, organizaram e dentro daquela carolice que já é característica, sacrificaram muitas vezes tempo, dinheiro e o seu conforto, em prol das festas das freguesias, as festas das aldeias. Disse que mais uma vez tiveram um verão preenchido, tendo a perceção do quão difícil é fazer, mas na sua opinião eram importantes. -----

Salientou que na semana passada tiveram a entrega de prémios aos melhores alunos do quadro de mérito na cerimónia do Prémio Abel Botelho, a quem também agradeceu a presença daqueles que puderam estar, e evidenciar a Aldeia Vinhateira de Barcos, onde a festa correu muito bem, tiveram, felizmente e a título pessoal, a presença da senhora doutora Elisa Ferreira, Comissária Europeia, o senhor professor Freire de Souza, um amigo da região durante os anos em que foi Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, hoje em dia Presidente do Concelho Superior do Futebol Clube do Porto, e a doutora Elisa Ferreira, enquanto Ministra do Ambiente, a particularidade de ter regressado à terra, que foi na vigência dela, enquanto Ministra, que a classificação e a atribuição da marca Aldeia Vinhateira a Barcos e a mais cinco aldeias foi feita, o senhor Fernando Barradas e ainda a presença da Aurora Cunha na caminhada. -----

Finalizou dizendo que todas as remodelações que existiram relativamente às eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, levaram a que no Partido Social Democrata, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, agora Deputado Europeu, deixou vaga a função de Membro Efetivo do Comitê das Regiões e essa vaga foi por si preenchida, sendo nomeado Membro Efetivo, até ao final do próximo ano, o que se deve muito mais à visibilidade do Concelho de Tabuaço do que a si próprio. -----

ATA 17 || 2021.2025 Fls. 374



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal a explanação deste assunto, dando-lhe os parabéns pela nomeação para o Comitê das Regiões como Membro Efetivo, e de seguida questionou o Plenário sobre a pretensão de fazer alguma intervenção. -----

Foi dada a palavra ao deputado **Cristofe Pedrinho** que reiterou os cumprimentos, felicitando o senhor Presidente da Câmara Municipal pela nomeação para o Comitê das Regiões, um organismo muito importante para todos, para os autarcas e até para o interior do país, desejando boa sorte no mandato e que traga boas notícias para o Concelho de Tabuaço. -----

No usa da palavra o deputado **Cristofe Pedrinho** refere que iria ser breve, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à sua informação, mais propriamente na questão financeira, em que no último ponto da informação fala no valor global das faturas registadas, e nesse caso gostaria de saber se é possível fazer chegar a todos os membros da Assembleia Municipal a divisão do valor global, e quais as faturas a trinta, sessenta ou noventa dias para terem a noção do que falta liquidar, e qual o valor em dívida. -----

Para dar resposta à intervenção do deputado Cristofe Pedrinho, o **Presidente da Câmara Municipal** começou por agradecer, e relativamente à questão das faturas referiu que tinha a ideia que ia uma relação das próprias faturas à reunião de Câmara, e não via nenhum inconveniente que essa informação fosse prestada à Assembleia, mas que tal poderia demorar algum tempo, devido à implementação do novo sistema informático que, de momento, está a obrigar à utilização de dois programas em simultâneo.

Finalizou dizendo que iria solicitar à senhora Chefe de Divisão Financeira que fizesse chegar o documento aos senhores deputados, uma vez que acredita que o documento seja gerado pelo próprio programa informático, podendo colocar, também a periodicidade que vem nas fichas da DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais). -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **ponto dois** da ordem do dia, referente à apreciação da **informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, respeitante ao primeiro semestre de 2024**, tendo pedido ao Presidente da Câmara Municipal que tomasse da palavra para fazer uma breve contextualização do assunto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para salientar que no fundo reflete a realidade do município com alguns problemas, mas aquilo que acaba por ser o mais importante, é que continuam a tentar investir o máximo possível na redução gradual da dívida, praticamente um milhão de euros desde trinta e um de dezembro até trinta de junho, ou seja estão neste momento por aquilo que o senhor auditor externo refere no valor de oito milhões e quinhentos mil euros, o que permite também ter no momento um excedente, dentro daquilo que era o limite de dívida, de mais de três milhões e quinhentos mil euros, o que muito espera conseguir, se não for neste mandato, até porque o tempo passa demasiado rápido e este tipo de operações são complexas, mas pelo menos conseguirem aceder ao Banco Central Europeu para financiamento da reabilitação viária. -----

Mais disse que já tinham falado com a senhora Comissária há dois anos atrás e que iriam estar posteriormente na Semana Europeia das Regiões e das Cidades em Bruxelas, juntamente com a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas mesmo que não consigam aquela linha de financiamento do Banco Central Europeu, que fosse excecionada do limite de dívida, porque na altura ainda estavam num limbo, permitindo agora tentar aceder a uma linha de crédito para a questão das estradas, porque ao que lhe parece não vão ter grande sorte com dinheiro para as estradas em fundos comunitários ou do orçamento do Estado, o que vai ser um problema gravíssimo nos próximos anos na região, pois noventa por cento das estradas são municipais, e as câmaras não têm capacidade de as manter, e os sucessivos governos foram atribuindo algumas migalhas, passando essas responsabilidades e competências para as câmaras municipais, e qualquer dia vão ter unidades turísticas, e equipamentos em toda a região com estradas a serem remendadas. -----

Referiu que continuam a ter um problema único no Douro ou específico de poucas regiões na Europa, que é a prevenção de riscos, ou seja, do Douro e dos seus muros, especificando o caso do Peso da Régua, que teve há três ou quatro meses um muro que caiu numa estrada municipal, em que a intervenção ronda os cinco milhões de euros. Um município como a Régua com dezasseis mil pessoas, com um orçamento que tem, se não houver nenhum tipo de ajuda ou nenhum tipo de comparticipação, qualquer estratégia que qualquer executivo camarário tenha para uma realidade como o Peso de Régua, que é fundamental para a região do Douro, quer economicamente, quer turisticamente, cai por terra. E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se não salvaguardarem isto, vão ver uma coisa em que, se os municípios não têm autonomia para decidir sequer sobre aquilo que é deles, não podem dizer que quando seja para fazer, sejam eles a fazer, e que tenham os municípios com o pouco dinheiro que têm, avançar com as soluções. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **ponto três** da ordem do dia, referente à apreciação, discussão e votação do projeto do regulamento municipal da feira de gastronomia, artesanato e produtos locais e regionais, das festas são joaninas do concelho de Tabuaço.

O **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que permitisse que fosse a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal a falar sobre o assunto, porque o mesmo estava sob a sua alçada. -----

No uso da palavra a **Vice-Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que o regulamento que existia das festas são joaninas de Tabuaço era muito antigo, e não era compatível com a realidade atual e, portanto, houve a necessidade de fazer alterações, de maneira a justificar determinadas obrigações e deveres, e também fazer cumprir a lei em face de todas as implicâncias legislativas que existem neste tipo de feiras. Deu ainda conhecimento que foi submetido a reunião de Câmara Municipal, e que foram feitos todos os procedimentos, nomeadamente a discussão pública, onde tiveram oportunidade de o ver e poder dar os seus contributos, e no momento para aprovação da Assembleia Municipal, como é o correto e legal. -----

Terminados os esclarecimentos por parte da Vice-Presidente da Câmara Municipal e não havendo intervenções sobre este assunto foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado, por maioria, com vinte votos favoráveis e uma abstenção do deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que os trabalhos fossem interrompidos para um intervalo de cinco minutos, recomeçando às dezasseis horas e quinze minutos. -----

Retomando os trabalhos agendados, por sugestão apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, tendo em conta que já era prática corrente e o conteúdo dos seis pontos seguintes: o **ponto quatro** respeitante à apreciação, discussão e votação da **taxa municipal de direitos de passagem para vigorar no ano de 2025**; o **ponto cinco** sobre a apreciação, discussão e votação da **taxa de derrama**

ATA 17 || 2021.2025 Fls. 377



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a cobrar no ano de 2025 para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2024, que seja superior ao montante de € 150.000,00; o ponto seis sobre a apreciação, discussão e votação da taxa de derrama reduzida a cobrar no ano de 2025 para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2024, que não ultrapasse o montante de € 150.000,00; o ponto sete referente à apreciação, discussão e votação da taxa de participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares para vigorar no ano de 2025; o ponto oito relativo à apreciação, discussão e votação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (prédios urbanos) para vigorar no ano de 2025; e o ponto nove concernente à apreciação, discussão e votação da redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis para vigorar no ano de 2025, relativamente a prédios (urbanos ou parte) de sujeitos passivos com dependentes a cargo [cfr. alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com remissão para o n.º 1 do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro]; e da relação entre os mesmos, foram apresentados em simultâneo e no final, votados em separado. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** aceitou a proposta de apresentação e discussão conjunta dos seis pontos, e começou por dar nota que ao longo deste tempo, tinham sido questionados pelo facto de que poderiam ter uma atuação diferente relativamente à questão dos impostos, nomeadamente o facto de serem elevados. Lembrou que estavam num valor bem acima dos 2,5% de rácio de endividamento e quando chegaram e fizeram o registo de toda a dívida, tinham dificuldade em conseguir fazer redução nos impostos, porque eram valores que o município precisava, e apesar da situação do município ser ainda bastante complexa, o facto de quererem também que esta pequena folga se reflita nos investimentos estruturais no concelho, que ainda há pouco falavam, não permitem outra atitude, pois quando fecharem este ano contabilístico, querem estar fora ou abaixo do limite de endividamento, e com esta folga, começar a dar o sinal de diminuição progressiva destes impostos até chegarem a um valor que entendam ser de maior justiça. -----

Referiu ainda que não se afere quais serão os efeitos das medidas do Orçamento de Estado nestes impostos, e também para salvaguardar a situação económica e as receitas, o que propõem e para começar, uma redução progressiva, ou seja uma redução de 1% na participação variável no IRS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também propõe a diminuição da derrama das pequenas empresas com um volume de negócios abaixo dos cento e cinquenta mil euros, de 0,50% para 0,25%, ou seja reduzir para metade. -----

Continuou dizendo que espera ver ao longo do próximo ano de que forma esta redução se vai refletir, mas espera que aqui a um ano consigam ter a perceção daquilo que foi o efeito quer na diminuição de receitas, quer no aumento do rendimento disponível para os munícipes e para as empresas na mesma proporção. As restante taxas mantêm-se, nomeadamente o IML e as taxas municipais de direitos de passagem, sendo que estas são uma questão a rever para que com a maior brevidade fique resolvida, pois tratam-se de valores completamente ridículos, pois tratam-se de empresas que fruto do investimentos do município, muitas das vezes fruto da passagem por terrenos, no ano transato o resultado das receitas para o município de Tabuaço das três operadoras foi de mil e quinhentos euros, sendo um absurdo, face aos resultados que as operadoras apresentam. -----

Continuou dizendo que era uma situação que têm tentado reforçar junto dos governos, e se não houver o aumento destas taxas, pelo menos que exista a obrigatoriedade de as operadoras investirem nos sítios, de onde muitas das vezes, a não pagarem praticamente nada, têm tanta receita e tanto lucro. E pelo menos que se cumprisse a obrigatoriedade que a ANACOM tinha referido há três anos atrás, sendo que o concelho iria ser um dos primeiros em que todas as operadoras teriam que ter 90% de cobertura, mas na realidade tal não acontece, e a verdade é que mesmo que elas não investissem, dever-se-ia obrigar a haver *roaming* nacional, pois se existe na Europa porque não utilizam as infraestruturas uns dos outros para atingir esse fim, como acontece em outros países da Europa. -----

Finalizou pedindo desculpa por se estar mais uma vez a alongar, afirmando também que a sua intenção é tentar da melhor forma possível dissecar as coisas para que todos o entendam da mesma forma, concordando ou não concordando com elas, mas sim para que possam discuti-las de uma forma mais aprofundada. Disse que fruto do que sempre tentaram fazer gradualmente, começaram a reduzir os impostos, sendo que este ano reduziriam o IRS em 1%, reduziriam a da derrama nas empresas com volume de negócios abaixo de cento e cinquenta mil euros em 0,25%, fixando-se em metade, esperando que no próximo ano possam continuar e alargar esta redução a outros impostos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo intervenções foram os pontos sujeitos a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

O ponto quatro respeitante à proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para vigorar no ano de dois mil e vinte e cinco foi aprovado, por maioria, com vinte votos favoráveis, uma abstenção do deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

O ponto cinco concernente à proposta de fixação da taxa de derrama a cobrar no ano de 2025 para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2024, que seja superior ao montante de € 150.000,00, foi aprovado, por maioria, com vinte votos favoráveis, uma abstenção do deputado **Cristofe Pedrinho**. -

O ponto seis sobre a proposta de fixação da taxa de derrama reduzida a cobrar no ano de 2025 para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2024, que não ultrapasse o montante de € 150.000,00, foi aprovado, por maioria, com vinte votos favoráveis, uma abstenção do deputado **Cristofe Pedrinho**. -

O ponto sete referente à proposta de fixação da taxa de participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares para vigorar no ano de 2025, foi aprovado, por maioria, com vinte votos favoráveis, uma abstenção do deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

O ponto oito relativo à proposta de fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (prédios urbanos) para vigorar no ano de 2025, foi aprovado, por maioria, com vinte votos favoráveis, uma abstenção do deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

O ponto nove concernente à proposta de redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis para vigorar no ano de 2025, relativamente a prédios (urbanos ou parte) de sujeitos passivos com dependentes a cargo, foi aprovado, por maioria, com vinte votos favoráveis, uma abstenção do deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

Continuando com os trabalhos agendados, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **ponto dez** da ordem do dia, referente à **apreciação, discussão e votação da proposta da primeira alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2024**, tendo pedido ao Presidente da Câmara Municipal que tomasse da palavra para fazer uma breve contextualização do assunto. -----

ATA 17 || 2021.2025 Fls. 380



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que fruto do que tem sido a delegação de competências, e de todo o processo em si, acabou por não se concretizar da forma como gostariam que se concretizasse, referiu que os problemas que têm, por exemplo na questão da educação, são bastantes, mas pelo menos na questão da educação houve no seu entendimento alguma ligeireza na forma como o processo foi avaliado. -----

Mais disse que aquilo que acontece hoje em dia na área da segurança, na área social e na área da saúde, e até pelo facto de ao contrário do que acontece na educação em que grande parte dos funcionários eram funcionários do Ministério da Educação e que transitaram automaticamente para o Município, muitas das vezes na área social havia protocolos com IPSS'S, por exemplo, no caso do Centro de Saúde, contratações com empresas subempreitadas na área da segurança, na área da limpeza, e essa situação impede que haja uma transição automática desses funcionários para o Município, obrigando depois a que o Município tenha que criar especificamente essas áreas e abrir concursos públicos para que isso aconteça. -----

Finalizou dizendo que a alteração ao mapa de pessoal engloba essa nova realidade, a realidade que surgiu fruto da transferência de competências da escola também, porque entretanto tinham uma bolsa de recrutamento e que retiraram a bolsa de recrutamento e transformaram-na em outros lugares e na especificação daquela série de técnicos superiores não adjetivados, que ficam adjetivados até pelo facto de serem as principais necessidades que tinham, na área social também, porque têm que integrar as pessoas que estavam e que estão ainda hoje a representar determinadas valências, nomeadamente o rendimento social de inserção, e também a integração das pessoas que estão na área da saúde. Realçou que ao contrário do que aconteceu na escola, em que os funcionários transitaram automaticamente para o Município, nas outras áreas em que estas pessoas não estavam vinculadas aos respetivos ministérios, obriga a que o procedimento tenha que ser outro. -----

No que concerne a este assunto referiu ainda que houve a promessa de haver Comissões de Acompanhamento em todas as áreas nas quais receberam as competências, e as Comissões de Acompanhamento iriam permitir que fossem ajustando os mapas pessoal, a questão de recebimentos, mas a verdade era só uma, as Comissões de Acompanhamento até ao presente eram um exercício solitário. -----

ATA 17 || 2021.2025 Fls. 381



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuou solicitando ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, falar sobre o **ponto onze** da ordem do dia, referente à **apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Contrato de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho de Tabuaço.** -----

Autorizado pelo Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal agradeceu aos senhores deputados a integração do ponto, que tem a ver também com uma necessidade que verificaram de alterar a data de transferência da verba do Município para a escola, porque no dia em que o transferiram, levou a que parte do valor no final do ano passado tivesse que ficar retido no Tesouro e não viesse tão rápido para a escola. A razão de se estar hoje a apreciar esta questão foi que, por lapso, na reunião de Câmara fez-se a aprovação da alteração da data, mas não colocaram, para além da aprovação, a remessa para a Assembleia Municipal. Assim que se aperceberam, alteraram a deliberação na última reunião de Câmara para que tal acontecesse . -----

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara Municipal e não havendo intervenções foi o ponto dez colocado a votação, tendo sido aprovado, por maioria, com vinte votos favoráveis e uma abstenção da **Presidente de Junta de Freguesia de Adorigo.** -----

O ponto onze concernente à apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Contrato de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho de Tabuaço, foi aprovado, por unanimidade, com vinte e um votos favoráveis. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao **ponto doze – outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, e não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções, o **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para agradecer a disponibilidade de todos. -----

Seguidamente, a Primeira Secretária da Assembleia Municipal leu a minuta da ata, que após votação foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Executivo Municipal o trabalho desenvolvido e aos senhores deputados os bons préstimos que têm dado à Assembleia Municipal, quer no desenrolar dos trabalhos, quer também na persecução dos mandatos fora das quatro paredes da sessão, que são sempre de valorizar a bem das populações do Concelho e também do país. -----

Finalizou dizendo que relativamente à plataforma de gestão digital Gestiona que tinha sido apresentada durante a sessão, o próprio e a mesa tiverem mais esclarecimentos e a oportunidade de verificar e de experimentar o seu funcionamento, irão fazer uma informação sobre o assunto para o fazer chegar e também poderem fazer alguns testes, e disponibilização de alguma documentação antes da ocorrência da próxima reunião para que todos possam utilizá-la devidamente, e ao existirem dificuldades atempadamente possam também recorrer aos serviços para que essas dificuldades sejam ultrapassadas. -----

Deu por encerrada a sessão quando eram dezasseis horas e quarenta e sete minutos. -----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretárias, respetivamente. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, -----

□

A PRIMEIRA SECRETÁRIA, -----

A SEGUNDA SECRETÁRIA, -----